

GT2. DIDÁTICA, CURRÍCULO E POLÍTICA EDUCACIONAL

UMA BREVE OBSERVAÇÃO EM RELAÇÃO A GESTÃO COLABORATIVA NA COMUNIDADE ESCOLAR DE UMA DETERMINA ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

Daisy Maria França Rêgo.

Resumo

Nos dias atuais vivemos em uma sociedade heterogênea, no qual diversos fatores imbricados acabam constituindo nossa hibridização seja de cunho político, cultural e socioeconômico.

A Escola é a expressão da realidade, ou seja, lócus centrais da qualidade do ensino e não está aquém das mudanças ocorridas fora de suas adjacências. Tem como objetivo a formação do homem como ser social, autônomo, suficientemente capaz de se autogovernar, trazendo habilidades, conhecimentos e percepções diferenciadas do mundo ao seu redor.

A prática democrática passa necessariamente pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de todos os que fazem a escola. A Gestão democrática precisa ser compreendida como instrumento a ser sempre aprimorado continuamente no ambiente pedagógico.

O presente artigo na área de Gestão educacional realizada na Escola Municipal de Jesus de Nazaré, localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes ocorreu de maneira reflexiva e crítica com a finalidade de entender o cotidiano escolar em 3 dias de visitas, ocorridas no turno da tarde, sempre às segundas-feiras juntamente com o apoio da equipe escolar, no qual orientou o funcionamento, as defasagens, o diálogo, humanização da equipe pedagógica, tornando uma experiência bastante rica e diferenciada vivida em escolas municipais da Cidade.

A Escola possui a tarefa de promover o diálogo, humanização e emancipação do ser humano. Nesse sentido, o Gestor escolar assume o papel de mediador e articulador dos segmentos internos e externos presentes na Instância Escolar estimulando a participação da comunidade escolar no planejamento, execução e avaliação conjuntamente, onde todos os envolvidos possam interagir e construir novos conhecimentos de maneira coletiva e compartilhada.

Palavras-chave: Escola 1. Sociedade 2. Gestão 3

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo Geral desenvolver caminhos para uma implementação de uma verdadeira Gestão Colaborativa entre os envolvidos no processo escolar, visando a transformação das práxis pedagógicas com base numa nova visão, preceitos e o fundamental reconhecimento da importância de todos os sujeitos ativos para que incorporem o seu papel em cooperar tornando o presente ambiente cada vez mais democrático, justo,

organizado, mediando e compartilhando, os possíveis conflitos, ideias e ideais juntamente com todos os profissionais da equipe de Gestão Escolar.

A Colaboração é uma aprendizagem. Para conseguir melhorias no ambiente escolar, precisamos entender, decidir e agir para alcançar a melhoria na comunicação entre os sujeitos participantes, assim seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como o bullying, a Inclusão, o diálogo no ambiente de trabalho, o fim da violência, o combate a indisciplina e etc.). Tentamos dialogar, trabalhar em equipe, nos tornamos capazes de encontrar uma maneira de solucionar problemas, princípios norteadores para a construção de uma sociedade atuante e humanizada.

Segundo Luck (2005), o Gestor com o caráter de líder participativo deve se mostrar um facilitador na tomada de decisão e implementação de ações necessárias para a sua realização, além de ser proativo, deve construir equipes participativas e promover comunicação aberta no âmbito escolar, ser norteador e organizador do trabalho em conjunto, também um incentivador e orientador da capacitação, desenvolvimento e aprendizagem contínua dos professores, funcionários e alunos. Com isto, é importante entendermos que não se pode trabalhar para um coletivo sem que este faça parte do processo.

É perceptível na gestão colaborativa que a coletividade auxilia bastante, pois tudo que é feito coletivamente, desde que eles consigam superar os conflitos e as divergências que possam vir a ter. Desde modo, é preciso que eles saibam ceder em prol do coletivo, e não perder o foco do que realmente importa, que é ter uma boa gestão, proporcionando então um ambiente de aprendizagem produtiva.

Ainda de acordo com Luck (2005, p. 28), “[...] a pesquisa sobre educação, efetivamente, amplia a nossa compreensão de como a gestão participativa é capaz de afetar positivamente a qualidade escolar”. Logo, todas as escolas devem ter uma gestão colaborativa para que assim exista uma boa qualidade de produção profissional, que conseqüentemente irá resultar em um melhor desempenho escolar dos estudantes.

¹Estudante/Estagiária, UFPE, Jaboatão dos Guararapes /PE, daisymfranca@hotmail.com

UMA BREVE OBSERVAÇÃO EM RELAÇÃO A GESTÃO COLABORATIVA NA COMUNIDADE ESCOLAR.

A idealização em concretizar o presente artigo ocorreu após uma conversa informal com a Gestora da Escola em questão, questionei a respeito do dia-a-dia na escola como eram tomadas as decisões, então a Gestora comentou as dificuldades na resolução dos problemas e que sua vontade era que toda equipe escolar não esperasse apenas pela sua autorização para que também tivessem a iniciativa de resolver qualquer conflito presente no ambiente.

Diante do levantamento dessa questão resolvi visitar a escola e conhecer um pouco mais da realidade, como interagiam e se de fato havia uma contribuição para a transformação do cotidiano escolar.

Conforme a Autora Aguiar (2009), a Gestão Escolar vai além de mobilizar os indivíduos na realização de atividades de forma eficaz, pois compreende o escopo social e político a ser aspirado e alcançado. Dessa maneira o processo educativo torna-se uma práxis cotidiana que implica intencionalidade diante da função social que a Instituição Escolar cumpre na formação integral da personalidade humana.

Conforme a autora aludida, deve-se reconhecer a importância de todos os envolvidos no processo educacional, no que tange ao seu desenvolvimento, efetivação e aperfeiçoamento de um trabalho estruturado, ininterrupto, não fragmentado e desenvolvido de forma gradativa de ação e discussão. Esse discurso vem permeando os debates no âmbito educacional devido ao enredamento que a prática democrática nas relações da escola ainda apresenta dependente de concessões sofrendo avanços e recuos.

O conceito e princípios que servem de base para uma Gestão Escolar ancorada nos moldes Democráticos foi incorporada pela sociedade hodierna a partir da expedição da Constituição de 1988, quando no seu Art. 206, dispõe ao longo do mesmo, a “Gestão Democrática na forma da lei”. Posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n.9.394/96, no Art. 14 salienta o preceito da Gestão Democrática como um dos seus princípios em um trabalho coletivo, participativo e democrático.

Sendo a Educação de qualidade engendrada juridicamente como um direito humano e social, o Governo e a sociedade civil desenvolvem ações conjuntas para que a democratização alicerçada nos princípios de acesso e permanência sejam cruciais para o sucesso escolar do aluno afim de prepara-lo para atuação crítica na sociedade e sua participação política e humana e social.

Ao Governo cabe o oferecimento e a garantia da universalização de um ensino público de qualidade em que o acesso e a permanência bem-sucedida da população constituam-se como elementos fulcrais na busca da promoção de uma educação que respeite e emancipe o educando no desenvolvimento das suas diversidades.

A Escola possui a tarefa de promover o diálogo, humanização e emancipação do ser humano. Nesse sentido, o gestor escolar assume o papel de mediador e articulador dos segmentos internos e externos presentes na Instância Escolar estimulando a participação da comunidade escolar no planejamento, execução e avaliação conjuntamente, onde todos os envolvidos possam interagir e construir novos conhecimentos de maneira coletiva e compartilhada.

De acordo com Aguiar (2009), “a gestão democrática deve ser compreendida como um objetivo que deve ser perseguido e aprimorado”. Para que essa meta de fato seja concretizada é necessário que todos os atores envolvidos no processo caminhem individualmente e coletivamente no processo de compreensão, reflexão e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas com o escopo de alcançar fins estabelecidos.

No que se refere à participação democrática no seu sentido pleno, consciente e permanente da comunidade dentro da Instituição Escolar, preliminarmente deve-se considerar que o processo de democratização não consiste apenas na cooperação nas atividades difundidas pela escola, mas nas tomadas de decisões na construção de uma gestão participativa.

O gestor escolar assume o papel de mediador e articulador dos segmentos internos e externos presentes na Instância Escolar estimulando a participação da comunidade escolar no planejamento, execução e avaliação conjuntamente, onde todos os envolvidos possam interagir e construir novos conhecimentos de maneira coletiva e compartilhada.

Santiago (2009) relata a importância do Pensar crítico na construção do Projeto Político Escolar, a autora ressalta que a criticidade serve de lente para as escolhas, opções e reivindicações percebe-se que é a partir do olhar crítico, do pensar coletivamente que o PPP se aproxima da vivência da comunidade.

É imprescindível analisar a realidade que circunda o ambiente escolar, buscando meios de efetivar a participação de toda a comunidade escolar na sua construção. Para que se torne uma construção crítica, criativa e coletiva capaz de aliar o discurso, a teoria e a prática. Faz-se necessário então um cuidado maior com sua elaboração para que essa formulação se faça democrática.

Segundo a Gestora da Instituição para uma gestão de qualidade, eficiente é evidente que todos possuam iniciativa extremamente necessário que todos cooperem, desde a portaria, até a copa, passando pelos os serviços gerais, professores, estagiários, pais e alunos, todos, saibam do seu papel na escola e para que haja a verdadeira revolução educacional é importante união, participação em reuniões, se informar sobre o que é preciso para melhorar o cotidiano na escola, por exemplo: o pai de um aluno presente na escola, não tiramos o dever do município, porém é primordial ver os pais interessados nos problemas que a escola enfrenta e ajudam trocando uma lâmpada, encanação, a participação deles é essencial e somos gratos por isso.

Uma docente comentou que é necessário que toda comunidade escolar mantenha a comunicação entre si, compreendendo os desafios existentes e perceber as dificuldades, tentando tornar a escola um ambiente atrativo, no qual os jovens tenham “vontade de ir e não apenas terem a obrigação de estar presente” e seguindo o ano letivo desmotivados, apáticos.

Trabalhamos na escola já têm alguns anos, então o tempo de experiência ajuda a todos terem uma maior autonomia, equilibrar os problemas que surgem, então creio que só o passar dos anos na instituição e o apoio de todos, não apenas um querendo ser melhor do que o outro e sim ter a noção de divisão, contribuição, estamos aqui para multiplicar o conhecimento.

Então cada dia é um novo mundo que encontramos, venho de ouro preto diariamente, é bastante cansativa à viagem, porém sou grata por ser mais uma na equipe para valorizar uma educação que infelizmente anda em momentos tenebrosos.

Com isso é interessante que nós docentes tenhamos empatia e que a gente saiba ouvir, dar conselhos, devido a questão de muitos alunos viverem numa fase complicada da entrada na adolescência, problemas com a família, com a sexualidade, bullying, violência no bairro e etc.

Em todo caso, Gadotti (2014) faz uma crítica que mais do que um “regime de colaboração” (optativa, colabora quem quer) necessitamos de um “regime de cooperação” com corresponsabilidades compartilhadas (obrigatórias). A cooperação encontra respaldo na própria Constituição Federal que não prevê o isolamento das unidades federadas, mas a união de esforços com vista a alcançar uma “sociedade livre, justa e solidária” como prevê no artigo 3º.

“A diferença entre regime de colaboração e de cooperação refere-se à forma pela qual as políticas educacionais se articulam entre os sistemas de ensino”. A LDB Lei 9.394/96, elegeu o regime de colaboração como forma de propiciar a articulação dos sistemas (Art. 8º). Essa articulação, todavia, só se faz possível em âmbito de decisões de governos, ou seja, pelo princípio da adesão voluntária.

Já o regime de cooperação pauta-se na institucionalização das relações entre os sistemas, independente de ações de governos. Ele traduz a forma escolhida pela Constituição para implementar as políticas educacionais (em nível de Estado) (CNTE, 2009:286).

Conforme as observações e resultados encontrados na Escola Municipal de Jesus de Nazaré, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes e umas entrevistas entre funcionários, no qual um deles relatou que:

“Nossa escola trabalha bastante a motivação dos funcionários com eventos, sempre fazemos reuniões e funcionários de outros horários que nem se conhecem, trocam ideias e acaba virando uma família mesmo, as redes sociais nos ajudaram a manter essa interação, resolver algumas dúvidas, tanto que nosso grupo numa determinada rede social se chama “família Jesus de Nazaré” e não como em outras escolas em que estagiários nem tem acesso, óbvio que a motivação na educação não está fácil diante dos rumos que o Brasil toma, mas o sonho de muitos era mesmo ser da área da educação”.

Através do questionário de caracterização sócio econômica e cultural, é possível classificar mais de 50% da Comunidade estudantil na classe de renda baixa, pois 77% recebe o benefício do Bolsa família, 66% dessas famílias têm uma renda mensal menor que o salário mínimo, e 29% não possui emprego fixo, vivendo de ocupações incertas. Com a renda baixa, inexistem as possibilidades de oferecer atrativos culturais para a formação dessas crianças, como constatado ainda no questionário, em que somente 22% atribuí à vida da criança atividades de lazer diversas, mas que não consta cinema, nem teatro ou passeios educativos, mas sim praia e praça e a visita aos parentes surge como o lazer da maioria dos alunos.

A Escola surge, dessa forma, como a única “ponte” dirigida do aluno com o mundo cultural e educativo. Outra preocupação percebida diz respeito à inexistência de água encanada em 36% desses lares e 46% sem rede de esgoto em suas residências, destacando como prioridade desta Instituição orientações relativas à saúde e parcerias com outras secretarias.

Embora a Escola possua um relacionamento amistoso com a família dos estudantes, é percebida que mais de 50% desses responsáveis não acompanham a vida escolar da criança, demonstrando a desvalorização pela formação que a Escola oferece consequência de familiares que iniciaram, mas desistiram dos estudos, ou daqueles que concluíram o Ensino Médio, mas não obtiveram sucesso na utilização de sua aprendizagem em sua vida, ou até mesmo daqueles

que não tiveram a oportunidade de estudar. Deduzido nas observações, reuniões e no resultado do questionário que apontou 20% desses responsáveis como analfabetos.

Para um bom trabalho em equipe é interessante a troca não apenas de informações, mas de apoio, colaboração, uma rede mesmo. Um sendo o alicerce do outro, são anos na educação e só pagamos o preço por tudo. Às vezes cansa essa realidade, então tentamos contribuir com a gestão é sempre uma tentativa diária, elas nos dão abertura, porém é necessário mais alguma coisa e a saída em sala de aula são as dinâmicas que fazemos, os alunos amam aulas de experimentos, construir vulcões.

Mas ainda a disciplina é um problema que procuramos encontrar saídas, como professora do 5º ano, é complicado a turma está crescendo, então nem sempre a aula sai como havia planejado e etc.

Quanto a estrutura física a escola possui: Construção de alvenaria, prédio bem conservado, alugado, 18 salas de aula pela manhã e 18 à tarde, não há sala ociosa, recursos didáticos livros- uso diário, material eletrônico (som, data show, TV, DVD, mediante agendamento).

Em relação a quantidade de componentes a escola atende 775 alunos, possui 36 professores, 3 supervisoras, 1 secretária, 2 administrativos, duas gestoras uma pela manhã e outra à tarde, 2 merendeiras, 4 serviços gerais, 3 porteiros e 3 vigilantes.

Em referência aos aspectos organizacionais a Direção - cuida da Administração Escolar, garantindo as condições necessárias para o funcionamento diário da escola (limpeza, merenda, água, professor, supervisor, internet, salas de aulas em boas condições, material didático...).

Supervisão Pedagógica (trabalha diretamente com os professores, orientando os mesmos na proposta pedagógica do município, auxiliando-os no que for necessário).

Secretária, responsável pela secretaria da escola, pela documentação do alunado, prepara, transferência, ficha individual do aluno, declarações, ofícios, informa frequência escolar ao bolsa família, prepara o censo escolar, cadastra os alunos para que se possa fazer a carteira de estudante.

O planejamento é único para toda a escola. A cada 15 dias um turno prepara um planejamento quinzenal para ser vivenciado pelos dois turnos: manhã e tarde.

Formação Continuada: São promovidas pelo Município e temas promovidos pela supervisão da escola.

As tomadas de decisões da escola são tomadas pelo conselho escolar que é formado por 1 representante de cada segmento não há grêmio estudantil e nem associação de Pais e Mestres.

De acordo com a entrevista realizada relativo os indicadores da escola o acesso dos alunos se dá através da matrícula online. Enquanto há vaga nas salas de aulas, essas vagas são disponibilizadas no sistema. Após período de matrícula no sistema, havendo vaga, faz-se matrícula no balcão para alunos que perderam prazo, alunos que vieram morar recentemente na comunidade. Há um movimento muito grande de saída e entrada de alunos por motivo de moradia. Muitos precisam se mudar e muitos outros chegando.

A Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes retrata uma aprendizagem organizada em um ciclo de alfabetização. Ciclo (1º ao 3º ano). De forma que o aluno tem 3 anos para ser alfabetizado. Se ele não conseguir ser alfabetizado no primeiro ano, ele vai para o segundo ano nessa tentativa, não é retido no primeiro ano.

Se ainda assim não conseguir ser alfabetizado no segundo ano, vai para o terceiro ano, que é o último ano do ciclo de alfabetização. Se ele não conseguir ser alfabetizado, então no 3º ano ele é retido. No 4º e 5º ano pode ser retido também se não alcançar as competências propostas para tal série.

Evasão tem sido baixa, pois o Município tem a busca ativa para os alunos faltosos, a escola aciona e a Secretaria Municipal de Educação junto com o Conselho Tutelar que vai nas casas desses alunos faltosos, chamar a responsabilidade dos pais, o que evita a evasão.

Os conselhos de classe são realizados a cada fim de unidade, visando ver o desempenho dos alunos na unidade, detectando suas dificuldades de aprendizagens para elaborar projetos de intervenção a fim de sanar essas dificuldades de aprendizagens diagnosticadas.

IDEB – é nos estipulado um alvo a atingir, e todo o trabalho (planejamento, projetos didáticos, intervenções, reunião de pais e mestres, aulas, atividades) do ano letivo visa atender esse alvo.

De acordo com a organização geral a escola proporciona 2 turnos, manhã e tarde, cada um atende educação infantil e Fundamental ano iniciais (1º ao 5º ano); Manhã aula com início às 7:30 e término às 11:30. Merenda às 9:30h; tarde, aula com início às 13:30 e término às 17:30. Merenda às 15:30h; não há recreio, sem espaço. Os alunos pegam a merenda e comem na sala de aula.

Diante das necessidades o problema mais recorrente na escola é a ausência dos pais no que se refere ao acompanhamento da vida escolar do filho e agressividade por parte de alguns alunos. A equipe Gestora tenta entrar em contato com a família, via telefônica ou mandando recados por vizinhos, na tentativa de ter alguém da família na resolução de algum caso de agressão.

De acordo o Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Porém com o cotidiano escolar em que estamos inseridas percebemos que a Educação inclusiva é uma falácia, na realidade a Educação é excludente, os Professores não são capacitados, não tem alteridade pela PCD, os estagiários não têm orientação de como trabalhar com os alunos, as Professoras reclamam, porque segundo elas, estão adoecendo com o dia-a-dia dos alunos na escola e elas não são preparadas, com isso é um jogo do Município dizer que o aluno têm direito a educação, porém ocorre tudo de forma maquiada, não há um verdadeiro envolvimento com a inclusão social, já trabalhei numa escola em que a aluna sentava na última fila da sala.

Alguns dos programas realizados na escola é o programa novo mais Educação foi criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Na teoria seria criado com o objetivo de alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular; ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

No entanto é um programa que recebe diversas críticas no meio acadêmico devido ao fato de ser uma espécie de treinamento, reforço para os alunos que farão provas de avaliação do desempenho de determinada escola, assim a escola sairá como uma boa nota no IDEB e o Estado, é propagado como a melhor educação.

Manter o esforço concentrado na implementação de estratégias didático-pedagógicas que efetivamente permitam às crianças a consolidação dos direitos, das competências e das habilidades de Leitura, Escrita e Matemática previsto para serem alcançados em cada ano do Ciclo de Alfabetização.

Observou-se que mesmo os Estados com melhorias ainda estão distantes dos resultados desejado. O PNAIC passa a compor uma política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização, trabalhando a alfabetização na Idade Certa, a melhoria de aprendizagem da Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, bem como a inclusão da Educação Infantil garantindo as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças.

Diante das observações realizadas na Escola Jesus de Nazaré localizada na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, identifiquei que para realizar uma Gestão Cooperativa é importante que aconteça a interação entre a comunidade e a escola, além de que a participação da Gestão deve-se manifestar em diversos momentos da Instituição escolar, onde todos os participantes do corpo escolar permaneçam interligados em constituir condições para resolver as devidas questões que possam vir a surgir dentro da instituição.

Perante articulações entre teoria e a práxis vivenciadas na universidade e campo de estágio percebemos e compreendemos que a realidade escolar vai muito mais além do que é aprendido no curso de Pedagogia.

Damiani (2013), salienta que um projeto de intervenção além de tentar resolver uma problemática tem como fito produzir mudanças nos processos de aprendizagem dos sujeitos, contribuir para a solução de problemas práticos e produzir conhecimento.

Dessa forma é esperado que o estágio contribua para que possamos compreender, refletir e repensar nossos atos pessoais, pedagógicos e da realidade social, cultural ao nosso redor. Teremos uma nova visão da importância da Escola para os indivíduos, na sua formação humana integral, histórica e que no futuro bem distante do que vivemos atualmente a educação seja justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. da C. C. de, Dilemas da gestão democrática escolar no contexto atual. In: BOTLER, A. H. et al. **Organização, financiamento e gestão escolar: subsídios para a formação do professor**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

AGUIAR, M. da C. C. de, Gestão democrática, elementos conceituais e a democratização do acesso, permanência e sucesso escolar. In: MACHADO, L. B.; SANTIAGO, E. (org.). **Políticas e gestão da educação básica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 2016.

DAMIANI, M. et. al. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. **Cadernos de Educação**. ISSN: 20178-079X, p.57-67, maio/agosto 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GADOTTI. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional, Brasília**, CONAE/ PNE, 2014.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTIAGO, E. (org.). **Políticas e gestão da educação básica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

